

REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO: A TENTATIVA DO APAGAMENTO DA CULTURA NEGRA ATRAVÉS DO BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO¹

Ana Cristina dos Santos Araújo - IPPUR/UFRJ

Resumo

O presente trabalho analisa o efeito analisa os processos de remoção das populações pobres e negras do Rio de Janeiro sob a égide de um projeto hegemônico branco europeu que massifica a ideia de “revitalização” de “áreas degradadas” associando estes eventos à modernização e a venda da cidade do Rio de Janeiro como uma “Cidade Maravilhosa e democrática”.

Com a chegada de um número maior de negros nas universidades e na pós-graduação, tornou-nos não só protagonistas das pesquisas, mas os pesquisadores que introduzirão a situação dos negros na sociedade brasileira visto e sentido não como um objeto de estudo distante. Falarmos e escrevermos sobre a construção do conceito de raça e a falácia da democracia racial, ajuda a compreendermos e repercutirmos as várias facetas do racismo, das políticas de branqueamento do território (apagando o simbolismo do território, destruindo monumentos, ruas ou praças entre outros), das desigualdades sociais e econômicas e do massacre da subjetividade do povo negro. Esse trabalho pretende focar a expropriação das sociabilidades das mulheres negras removidas de seus territórios pela ação do Estado entre os anos de 2009 e 2016, na figura da prefeitura do Rio de Janeiro. Essa política de “deslocamento forçado” se alicerça na hegemonia de poder branca e racista que visa o branqueamento do território.

Palavras-chaves: Mulheres, território, deslocamentos forçados

¹- Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

Desenvolvimento

Mesmo antes do advento da República, ainda na Monarquia de D. Pedro II, a elite branca brasileira vivia o sonho das “terras europeias tropicais”, buscavam a valorização do território brasileiro e sua projeção na modernidade europeia através da (re) estruturação da capital do Império aos moldes do epicentro cultural europeu, a França.

Essa ideia de modernidade se estende por todo o período Republicano, até os dias atuais como um fio condutor das permanências do ideário de “desenvolvimento”.

A reforma que ficou conhecida historicamente como Reforma Pereira Passos, retirou cortiços, casebres, barracos e todo tipo de moradia e comércio popular do centro do Rio de Janeiro para dar lugar as grandes avenidas e jardins, os boulevard. Mais do que abertura de ruas, o que estava em disputa era a implementação de uma revolução comportamental e a inauguração de uma outra percepção simbólico-espacial de cidade. Uma cidade que “varria” do seu centro e dos entornos a presença da população negra e pobre.

Essa primeira reforma executada pelo governo republicano, não teve como objeto “apenas” o deslocamento de corpos, mas também o “deslocamento cultural”. O território que sempre foi gerido pela lógica hegemônica de domínio europeu, tem nas remoções a negligência à cultura negra, ao conhecimento desenvolvido no território e as vivências do grupo subalternizado. Vemos pois, o apagamento da herança dos primeiros moradores e de suas construções coletivas. Esse processo institui nos territórios negros o “branqueamento do território”². Não podemos esquecer que o centro da cidade do Rio de Janeiro possuía a cultura negra pulsante, como por exemplo a Casa da Tia Ciata e a Pequena África entre outros lugares de aglomeração e manifestação negra. O samba, os terreiros e a capoeira (que foi categorizada como crime até 1937, com pena de até 6 meses de detenção) não possuíam mais lugar nessa “moderna” cidade. Nessa época pensar cidade era pensar moderno. Por isso, a gentrificação de subalternos e sua cultura, para os subúrbios ou morros ao redor da cidade servia como a eliminação do atraso no plano da gestão do território da cidade. Essa prática dos

² - uma área sofreu diversas transformações, sendo profundamente alterada por reformas urbanísticas pensadas a partir de um padrão eurocêntrico arquitetônico, político e societário. Neste contexto, estas transformações se tornam um projeto político racializado, onde as políticas de Estado comandam não só o padrão de ocupação, mas também as narrativas culturais e de imagem de determinado território, fruto da colonialidade presente na formação do território brasileiro.

agentes do Estado foi sentida desde o século XIX, com a Lei de Terras (1850), mas perpassou todo o século XX até hoje.

A organização da população pobre, em sua maioria negra, em defesa de suas moradias, exigindo direitos e denunciando exageros de agentes estatais e de parcela da sociedade, fomentou as lutas por políticas de reparação que visavam atender demandas históricas de combate ao racismo, assegurando aos negros e indígenas instrumentos de acesso ao emprego, à renda, à educação em diferentes níveis, além da titulação as terras e suas demarcações. Essa luta impulsionou a Lei nº 12.711/2012 garante que 50% do total de vagas nas universidades e institutos federais sejam reservadas para alunos que venham de escolas públicas. Dentro desse percentual, 50% dessas vagas vão para estudantes pretos ou pardos, de acordo com a sua autodeclaração. A chegada desses estudantes no ensino superior e, especificamente, nas áreas da Geografia, Antropologia, Sociologia, História, Arquitetura e do Planejamento Urbano, traz uma transformação epistemológica para pensar o cotidiano, os territórios, os corpos negros e as cidades. A cultura e o fazer da população negra e pobre começa a ser discutida e visibilizada na academia pelos próprios negros. Passamos da condição de objeto de estudo para pesquisadores das nossas escrituras e dores³. O corpo negro que antes era a base da segregação, hoje é signo de luta e transformação. Hoje é emblema.

Esse trabalho não pode prosseguir sem que falemos dos corpos negros, por ser esse território o responsável pela dimensão da subjetividade e ser o alvo das ações de silenciamento e apagamento individual e coletivo.

Para Paul Claval (2002) a produção do espaço geográfico está atrelado às práticas do cotidiano e às subjetividades dos grupos. Logo, o corpo e as dinâmicas sociais são constituintes do território e se constituem a partir dele. Nessa perspectiva a proposta é destacar as populações subalternizadas e, nessa pesquisa específica, o feminino negro. Parto do corpo como território de zelo e cuidado, território de memórias, sentimentos e pertencimento, para me estender a sua extensão imediata que é a casa. Como o território é também resultado das interações sociais, da casa passarei para a cidade, esse grande território de disputa.

³- Doloridade é um termo cunhado no interior do movimento feminista negro utilizado para o acolhimento das mulheres negras que lutam contra o patriarcado e contra a violência e sofrimento advindo das opressões de raça. Termo cunhado pela professora Vilma Piedade, ele busca extrapolar o termo sororidade (utilizado para a escuta e o acolhimento das mulheres que se insurgem contra o patriarcado) e acentuar as dores trazidas pela cor da pele. Quanto mais retinta a pele da mulher, mais ela sofrerá com o racismo.

As mulheres possuem relevância na luta de resistência contra as remoções no Rio de Janeiro (MONTEIRO, 2019). Torna-se importante, portanto, pensarmos no feminino, ou melhor, nas territorialidades femininas como constructor importante no processo de estruturação e (re) estruturação dos territórios. Nesse trabalho discutirei o território feminino dando ênfase no território corpo, território casa e o território cidade. Essas análises partirão das relações sociais que o feminino estabelece nesses territórios. Essas relações são dinâmicas e concomitantes logo, estaremos também analisando os papéis desempenhados por estes femininos negros em cada momento.

Preciso recorrer a outro tempo para remontar a luta do feminino negro pela posse do seu território corpo. Proponho que voltemos ao período colonial brasileiro quando o direito de agir sobre seu corpo foi retirado de homens e mulheres negros. Nos deteremos ao feminino devido às constantes violências corporais físicas e subjetivas que recebemos desde esses tempos. Coube ao corpo da mulher negra parte da produção capitalista colonial monopolista oligárquico, mas também a (re)produção do capitalismo também. Explico. A mulher negra, nesse sistema capitalista, estava nas lavouras, ombro a ombro com os homens negros, produzindo os produtos necessários ao comércio internacional e para o comércio interno brasileiro. Porém, seus corpos não foram utilizados apenas (como se fosse pouco) como instrumentos de produção na lavoura; foram violentados pelos capitães do mato e, principalmente, pelos senhores de engenho executando assim, toda a hegemonia do poder branco europeu sobre os corpos arrancados de seus territórios, expropriando-os, assim, de sentido. Necessário acionar o sentimento e a relação de indissociabilidade entre os corpos e os afetos; e desses com os espaços de vivência cotidiana. O corpo negro foi e é atravessado pela materialidade e a espiritualidade que constitui nesse território a corporeidade⁴.

Outros trabalhos na esfera pública, não só na lavoura, foram também realizados pelos corpos femininos negros, como por exemplo, a escrava de ganho (quituteiras, lavadeiras). Também na esfera privada a mulher negra atuou. Seu corpo foi deslocado e adaptado para interagir no interior da casa-grande (utilizada desde nova como mucama, depois como dama de companhia e muitas vezes ama de leite do filho da sinhá). Como ama de leite, seu corpo foi afastado do corpo de seu

⁴- corporeidade é a relação do indivíduo com o mundo, um espaço de significação do “EU” constituído pela relação cultural, espiritual e física construtora do corpo negro. A corporeidade é um instrumento de luta e de resistência a uma sociedade racista.

filho para ser utilizado como fonte de alimento para o filho de outrem. Sustentando assim, a base (re)produtiva da sociedade brasileira e sendo submetido a constantes relações de exploração e poder.

A exploração e o controle dos corpos territórios femininos e, mais especificamente, feminino negro, acontece até hoje através da insuficiência de distribuição de preservativos nos postos de saúde, da falta de políticas públicas de planejamento familiar, pobreza menstrual⁵, prostituição infantil, assassinato em massa de jovens negros, em bairros periféricos e em favelas (a dor física e emocional de perder seus filhos cotidianamente), meios de transportes lotados, falta de água e de esgotamento sanitário. Não posso esquecer uma das violências mais cruéis, a violência obstétrica. No momento que a mulher vai trazer um ser ao mundo, no momento em que seu desejo está nas mãos de um Outro, tudo pode se tornar um grande pesadelo e ela e seu filho sofrerem grandes violências.

O excesso de intervenções no parto no Brasil tem sido reportado como violência obstétrica e contribui para os índices elevados de morbi-mortalidade materna e neonatal. (...) A violência obstétrica foi reportada por 12,6% das mulheres e associada ao estado civil, à menor renda, à ausência de companheiro, ao parto em posição litotômica, à realização da manobra de Kristeller e à separação precoce do bebê após o parto. Predominaram nos relatos de violência obstétrica: intervenção não consentida/aceita com informações parciais, cuidado indigno/abuso verbal; abuso físico; cuidado não confidencial/privativo e discriminação. A visita à exposição aumentou o conhecimento das gestantes sobre violência obstétrica. Entretanto, o reconhecimento de procedimentos obsoletos ou danosos na assistência ao parto como violência obstétrica foi ainda baixo. (LANSKY, Sônia et al, 2019)

Por isso, pensar a luta das mulheres negras é pensar a valorização da sua corporeidade como instrumento de luta relacionado a territorialidade para entendermos as relações de poder e dominação expressos até hoje como forma de subjugação e violência com as mulheres, especialmente, as negras.

⁵- a pobreza menstrual segundo a antropóloga Mirian Goldenberg, o termo nascido na França pode ser definido como “a falta de acesso não somente a itens básicos de higiene durante o período de menstruação, mas também a falta de informação, dinheiro para comprar um absorvente e, principalmente, falta de apoio”.

No território da casa, temos de maneira mais ampla a desvalorização do trabalho doméstico como trabalho produtivo, por isso, associado diretamente às mulheres, como uma atividade tão menor que sequer – até há pouco tempo – havia valor. Percebo que a construção social da valorização do trabalho doméstico está associado à produção de sentidos, dessa sociedade patriarcal, majoritariamente branca e heteronormativa, que desvaloriza a mulher e suas ações.

É preciso reafirmar que mesmo a casa, de forma histórica, sendo apontada como o “lugar” das mulheres, esse território não se configurou na formação da sociedade brasileira como nosso território de poder. A estrutura social patriarcal delegou ao homem o controle das regras da casa (homem provedor). À mulher coube manter a ordem e um ambiente saudável para o “descanso do guerreiro”,(uma analogia às “Mulheres de Atenas”, da história/mitologia grega). Atualmente, a casa também é o lugar de disputa e de construção de poder do feminino e do corpo negro (como vimos anteriormente na preponderância das mulheres nas lutas contra remoções e nas ocupações em busca da moradia social). O primeiro contato com o abandono e a violência no território casa é a pouca atuação do poder público nas áreas do saneamento básico, acesso à água e a luz. Como as mulheres negras têm pior empregabilidade, elas habitam, na sua maioria, em áreas periféricas das periferias, portanto, são as mais atingidas por essa ausência de serviços públicos regidos pela Carta de Direitos Humanos. As mulheres e, em especial as negras, com sua estrutura de atividades ligadas ao trabalho doméstico e ao cuidado com os outros, elas sofrem mais com a ausência dessa infraestrutura e aumenta sua exposição a situações que propiciam doenças graves. Segundo estudo da BRK Ambiental divulgado pelo Canal Saúde da FioCruz,⁶

⁶- <https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/mulheres-negras-sao-mais-afetadas-pela-falta-de-saneamento-basico-no-brasil-08012019>, visto em 17/05/2023.

Os déficits mais elevados de acesso a esgoto no Brasil estão entre as mulheres autodeclaradas pardas, indígenas e pretas, conforme metodologia utilizada pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

A conclusão é de um novo estudo realizado pela empresa brasileira de saneamento básico BRK Ambiental, realizado com apoio da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas e parceria do Instituto Trata Brasil.

Segundo a ONU Brasil, junto com o estudo foi lançada a plataforma digital “Mulheres e Saneamento”. A plataforma mostra essa realidade brasileira de uma forma mais visual e acessível para o grande público, por meio do recurso digital.

Segundo a pesquisa, também são as mulheres autodeclaradas negras, pardas e pretas, que têm mais dificuldade de acesso à água.

Devido ao papel desempenhado pela mulher nas atividades domésticas e nos cuidados com pessoas, a falta de água afeta de maneira mais intensa a vida das mulheres do que a dos homens.

Um relatório das Nações Unidas de 2016 destacou o fato de as mulheres desempenharem trabalhos não remunerados, seja doméstico ou de cuidados, três vezes mais do que os homens.

Como cuidadoras, as mulheres são mais afetadas quando membros da família adoecem como resultado da inadequação do acesso à água, ao esgotamento sanitário e à higiene. Também estão em maior contato físico com a água contaminada e com dejetos humanos quando a infraestrutura de saneamento é inadequada.

O estudo afirma que atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, relacionado à igualdade de gênero, está intrinsecamente ligado ao nível de universalização do saneamento básico.

Se essa meta for cumprida no Brasil, 635 mil mulheres sairão da linha da pobreza. Desse total, três em cada seriam negras. Cerca de 15,2 milhões de mulheres no Brasil declaram não receber água tratada em suas casas e 27 milhões não tem acesso adequado à infraestrutura sanitária.

Isso reduz consideravelmente a capacidade de produção no mercado de trabalho, além de tornar as mulheres mais suscetíveis a doenças infecciosas como cólera, hepatite e febre tifoide.

Com o constante abandono da família por parte dos homens e o aumento de “mães solo”, as mulheres vêm consolidando a árdua tarefa de serem as “chefes” da casa. Segundo pesquisa do IBGE, divulgada em matéria da Carta Capital⁷, cerca de 63% das casas comandadas por mulheres negras e com filhos até 14 anos estão abaixo da linha da miséria. Nas casas comandadas por mulheres brancas nas mesmas condições, o percentual cai para 39,6%. Em termos absolutos De acordo com o IBGE, há mais de 7,8 milhões de pessoas vivendo em casas chefiadas por mulheres negras. No caso daquelas chefiadas por mulheres brancas, o número absoluto é de 3,6 milhões.

Como dito anteriormente, não podemos homogenizar a categoria subalternizado, pobres ou mesmo mulheres pobres. Percebemos nesses dados o abismo existente entre as mulheres na mesma situação de fragilidade social e econômica, quando perpassamos a categoria raça. Uma explicação para essa situação é o acesso das mulheres negras ao mercado de trabalho. Estruturalmente, essas mulheres acabam tendo acesso a subempregos que nem possuíam, até a pouco tempo, garantias trabalhistas (diaristas, empregadas domésticas, passadeiras, cuidadoras de idosos etc.). Também é bom sinalizar que a legislação que colocou o trabalho doméstico sob a égide das leis trabalhistas, teve em seus primeiros momento um impacto na empregabilidade das mulheres. Muitas domésticas tiveram sua carga de trabalho/dia diminuída para não configurar a situação de assinatura da carteira de trabalho. Junto com a diminuição dos dias trabalhados, veio a diminuição dos salários.

Em recente pesquisa (2022.3), o DIEESE⁸ aponta que,

⁷- <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-63-das-casas-chefiadas-por-mulheres-negras-estao-abaixo-da-linha-da-pobreza/>, visto por último em 15/05/2023.

⁸- <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>, visto por último em 15/05/2023.

Do total da força de trabalho no Brasil, 44,0% eram mulheres, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para o 3º trimestre de 2022. Elas, no entanto, eram também a maioria entre os desempregados (55,5%). O resultado aparece na taxa de desocupação: 11,0% para as mulheres e 6,9% para os homens, no mesmo período de análise. Do total de pessoas fora da força de trabalho, 64,5% eram mulheres. Desse percentual, 5,7% delas estavam em situação de desalento, circunstância em que as pessoas querem trabalhar e estão disponíveis para o trabalho, mas não procuram colocação por acreditarem que não vão encontrar uma vaga ou ainda por não terem experiência ou serem muito jovens. Do total de desalentados, 55,5% eram mulheres. Do total de mulheres ocupadas, a proporção de subocupadas, ou seja, que trabalharam menos de 40 horas, mas gostariam de trabalhar mais, foi superior à dos homens: 7,8% delas estavam nessa condição, enquanto entre os homens, o percentual ficou em 5,1%. Quando se analisa essa informação por cor/raça, nota-se que, entre as negras, a situação é pior: o percentual de trabalhadoras negras subocupadas foi 9,3% maior do que o registrado entre as não negras, que ficou em 6,1%. Maiores desalento, desocupação e subocupação fizeram com que a taxa de subutilização das mulheres fosse de 25,3%, enquanto para os homens, estava na casa de 15,9%. Entre as negras, a taxa ficou em 30,2% e, entre as não negras, em 19,2%. Em termos de rendimentos, as mulheres ganharam, em média, 21% a menos do que os homens - o equivalente a R\$ 2.305 para elas e a R\$ 2.909 para eles. Por setor de atividades, mesmo quando as mulheres eram a maioria, elas recebiam menos, em média. Nos serviços domésticos, as trabalhadoras representavam cerca de 91% dos ocupados e o salário foi 20% menor do que o dos homens.

Além da situação de controle da família como chefe ou como mãe solo, no ambiente da casa, os corpos das mulheres têm encontrado a chamada “violência familiar”. Em reportagem do G1, dados da pesquisa feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostrou um aumento do número de feminicídio no Brasil enquanto o número de homicídio diminuiu. Destaco os seguintes itens da pesquisa:

- o Brasil teve 3,9 mil homicídios dolosos (intencionais) de mulheres em 2022 (aumento de 2,6% em relação ao ano anterior)
- foram 1,4 mil feminicídios, o maior número já registrado desde que a lei entrou em vigor, em 2015
- 12 estados registraram alta no número de homicídios de mulheres
- 14 estados tiveram mais vítimas de feminicídio de um ano para o outro
- Mato Grosso do Sul e Rondônia são os estados com o maior índice de homicídios de mulheres
- MS e RO também têm as maiores taxas de feminicídios do país
- os crimes mostram a repetição das agressões, a falta de proteção do Estado e a desestruturação familiar após os crimes.
- de acordo com o Anuário de Segurança Pública, do FBSP, 8 em cada 10 crimes de feminicídio são cometidos pelo parceiro ou ex-parceiro da vítima.

Como os dados mostram, a violência contra o corpo feminino começa na casa e extrapola para a cidade, para a área do público. Essa violência familiar também estimula a construção de novos “agressores” por se dar na presença, via de regra, dos filhos da vítima. É justamente por esse e outros motivos que Bell Hooks (2018), defende que a principal bandeira do feminismo deveria ser o fim da violência. Todas as violências. Que se dará através de uma educação revolucionária feminista e, a partir daí surgirá uma nova sociedade.

A violência contra a mulher é o retrato cabal da pretensão do Outro sobre nossos corpos, desejos, vontades e ações. O feminicídio é o ato final de castrar a voz e o desejo feminino. O aumento das denúncias e a publicização dos casos, está mobilizando os órgãos públicos de combate a violência e o poder Judiciário para uma atuação mais veloz e contundente em busca de assegurar a vida, a vontade e a segurança desses corpos.

Com a expansão da violência familiar do privado (território casa) para o público (território cidade) as reações com esse espaço é de total atenção. A cidade não é pensada e nem estruturada para os corpos femininos. Aqueles que pensam e gestam as cidades, principalmente latino-americanas, estão longe de entender a exposição a que o corpo feminino é colocado cotidianamente. Desde pequena, o feminino é ensinado a não andar pelas calçadas das ruas desertas. Há que se prevenir e andar no meio da rua para ter chance de escapar de qualquer ataque. Nos transportes urbanos, a regra é não sentar na janela, mesmo em períodos de grande calor, para evitar ficar encurralada em caso de investidas. As ruas mal iluminadas, pontos de ônibus em lugares ermos, falta de controle e fiscalização em vagões femininos, tudo isso coloca o corpo feminino em situação vulnerável.

Tento portanto mostrar que pensar o território corpo feminino em sua relação social com o território abrigo é fraccionar e hierarquizar as experiências sociais desse corpo. A territorialidade do feminino passa por relações construídas e (re) construídas desde o ventre materno. Essas territorialidades são constitutivas de lutas, pois estão em disputas. Entender que essas violências que cotidianamente atingem a mulher, e principalmente a negra, não acontecem isoladamente, são marcadores de classe, raça e gênero e estabelece a subalternidade desta parcela da população.

Para discutir território negro, a segregação habitacional, a gentrificação e a interseccionalidade, é preciso analisar o projeto político de produção do espaço urbano, pela vertente hegemônica/estatal que tem no discurso de revitalização e lazer a promoção de ações necessária, para o deslocamento compulsório – remoção forçada – de várias famílias na busca da valorização do solo, para atrair empreendimentos imobiliários e a construção de obras de “vulto” necessário para dar “visibilidade” à sua gestão. Essas ações contínuas nos grandes centros urbanos de todo mundo, mas especificamente no Brasil e no Rio de Janeiro, foco desse trabalho; suplanta e invisibiliza as dinâmicas sociais, as produções de sentidos e as territorialidades dos moradores dessas localidades “revitalizadas”. Em seu lugar, grandes conjuntos arquitetônicos são erguidos desconfigurando o espaço existente e não deixando nenhum resquício da cultura e das construções coletivas que existiam nesse território. Como no Rio de Janeiro a maioria da população removida é negra, as remoções promovem o apagamento dos “sentido de lugar” e constroem novos sentidos identificados com a necessidade dos agentes imobiliários de valorização do solo.

Torna-se necessário, sem ser redundante, enfatizar que a política implementada pelas forças hegemônicas do Estado em relação à moradia dos subalternizados, historicamente no Brasil, baseia-se em uma prática excludente e, quando muito, de tutelação de lugar de moradia sem a construção conjunta com os moradores. Esses atos configuram ações de “apagamento” de uma existência, de suplantação de histórias e o sepultamento dos desejos compartilhados.

No caso específico do Rio de Janeiro e as remoções promovidas pela prefeitura, no âmbito da “Cidade Maravilha” para os Megaeventos esportivos de 2014 e 2016, a saber, Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas, muitas favelas foram removidas totalmente ou parcialmente, para dar lugar a centros esportivos, parques ou moradias de classe média. A dinâmica exercida pelo Estado, é a mesma que perpassa momentos históricos do Brasil e do Rio de Janeiro, uma política de “embelezamento” da cidade, com um discurso de “modernização” e/ou “revitalização” (como se nos espaços não houvesse “vida pulsante”) e que estabelecem o desenraizamento da população do espaço para a periferia da cidade. A essa prática contínua de pensar a cidade para uma minoria “incluída”, as pesquisadoras Galiza e Vaz (2016) chamam de “cultura das remoções”⁹

⁹- a “cultura da remoção” diz respeito a prática recorrente do agente público de impor a remoção forçada da população de um território e sua moradia, sem que estejam disponíveis ou acessíveis formas adequadas de proteção de seus

A “revitalização” do espaço, nada mais é do que a recolonização (SANTOS, 2024) desse espaço, sob a égide dos interesses imobiliários e atendendo às demandas de uma minoria branca. A “recolonização” traz a ideia de que o território foi construído por mãos racializadas e etnicizadas, que após implementação de políticas de abandono e esquecimento pelo Estado, sofrem, desse mesmo agente, de acordo com os interesses políticos/econômicos de cada região, a ação de um planejamento impositivo e conflitual com as necessidades das vidas locais, uma ação de implementação da remoção, da gentrificação e do deslocamento forçado para regiões afastadas, periféricas e longínquas de seus laços, em nome de uma “modernização” e valorização do solo.

Conclusões

Um alerta importante diz respeito aos conceitos aqui estruturados, pois para efeito de estudo, eles aparecem aplicados como atos homogêneos apreendidos e vivenciados pela população ao mesmo tempo e da mesma forma. Não foi e não é dessa forma. Quando destaco a segregação, por exemplo, não há um grupo homogêneo que segrega, não há um único ato de segregação e nem um grupo homogêneo que é segregado. As políticas e os grupos estão em constantes disputas em seu interior, por serem compostos por elementos heterogêneos.

Gostaria de acentuar, que a segregação tem como componente básico a questão de classe, mas a forma como a segregação é apreendida e vivida pelos habitantes de um território que possui seu diferencial na cor da pele, no gênero ou mesmo em sua orientação sexual é diferente entre si e em relação a outros grupos sociais. A apreensão e a experiência da segregação socioespacial, se não for percebida levando em conta essas variantes que perpassam a violência cotidiana nos territórios segregados, não construirá uma alternativa verdadeiramente integradora de toda a população constituinte desses territórios. Logo, falar em direito à cidade, de forma genérica ou de planejamentos que busquem uma justiça social, sem entender a pluralidade identitária dentro dos grupos excluídos, tenderá a não abranger a todos de forma a incluí-los nas tomadas de decisão sobre suas vidas, nas relações que estabelecem no território e na apropriação da cidade.

direitos, operando o deslocamento forçado para as periferias, longe de seu território de acolhimento e vivência, com o apagamento de suas existências.

Referências bibliográficas

- ABREU. M. A, Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.
- ANDERSON, B. Memória e Esquecimento. IN: ANDERSON, B. Comunidades Imaginárias – reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.
- BENCHIMOL, J.L. Pereira Passos, um Haussmann Tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- CARNEIRO. Sueli, Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CAMPOS, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2005
- CERTEAU. M, A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes,1994.
- CLAVAL. P., O Território na Transição Pós-Modernidade. Niterói: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF, 1999.
- CUNHA. E.R, LUZ.J.S, BUENO. J.A. Segregação Urbana e Residencial: Estudos Preliminares. - Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH, 2017.[file:///C:/Users/Ana%20Araujo/Downloads/9075-Texto%20do%20artigo-28169-1-10-20170912%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ana%20Araujo/Downloads/9075-Texto%20do%20artigo-28169-1-10-20170912%20(1).pdf)
- ELIAS, N. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- DAFLON. V. T, Tão Longe, Tão Perto: identidades, discriminação e esteriótipos de pretos e pardos no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- DUBAR, C. A Crise das Identidades: a interpretação de uma mutação. São Paulo: Edusp, 2009
- DU BOIS. W.E.B, As Almas do Povo Negro. São Paulo: Veneta,2021.
- GOFFMAN. E, Estigma – notas sobre manipulação da identidade. Edição Digital, 2004.
- HALBWACHS, M. A Memória Coletiva e o Espaço. IN: HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro Editora, 2003.
- HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LAGO, L. As Novas Barreiras Materiais e Simbólicas à Mobilidade na Cidade. IN: FERREIRA, P.F.; VAINER, C.B.; NETO, H.P.; SANTOS, M. O. A Experiência Migrante – entre deslocamentos e reconstruções, Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 421-428.
- LANSKY, Sônia et al. Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 2811-2824, ago. 2019. Disponível em Scielo.

LEFBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE GOFF, J. Memória. IN: História e Memória. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

MONTEIRO, Poliana, A Violência Contra a Mulher no Contexto das Remoções, Parte 2: Violência como Política de Controle, RioonWatch, 2019. <https://rioonwatch.org.br/?p=38291>

_____. A Violência Contra a Mulher no Contexto das Remoções, Parte 3: Onde Mais se Bate, Mais se Mata?, RioonWatch, 2019. <https://rioonwatch.org.br/?p=38317>

MUNANGA, K. Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e etnia. 2003. Disponível em <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitualdas-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 10 de jun. de 2019

SANTOS, R. E. Race and Class in Peripheral Cities from Decolonial lens: notes from Brazilian cities. Rio de Janeiro, 2024. (Prelo)

THOMPSON, P. História e Comunidade. IN: THOMPSON, P. A Voz do Passado – história Oral. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

VALLADARES, L. P. Pobreza e Território: a construção da marginalidade social. IN: VALLADARES, L. P. A Invenção da Favela – do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 126.

VARGAS, J.H.C, Apartheid Brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. <https://www.scielo.br/j/ra/a/WjLnmL5xbFhzncW8ZmPpcGN/?lang=pt&format=pdf>

VIANNA. O., Populações Meridionais do Brasil, vol.1: populações Rurais do Centro-Sul. Editora Nacional, 1922.

WACQUANT, L. As Duas Faces do Gueto. São Paulo: Boitempo, 2008.